

**SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)****DEFINIÇÃO:**

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS É UM PROCEDIMENTO DE COMPRAS, PREVISTO NO ART. 15 DA LEI Nº 8.666/93 E REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 7.892, DE 23/1/2013, QUE PODERÁ SER REALIZADO POR MEIO DAS MODALIDADES CONCORRÊNCIA PÚBLICA OU PREGÃO, DO TIPO MENOR PREÇO, SEGUNDO O QUAL OS INTERESSADOS EM FORNECER OS OBJETOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONCORDAM EM MANTER REGISTRADOS OS SEUS PREÇOS E A FORNECÊ-LOS, QUANDO SOLICITADOS, CONFORME CONVENIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, DURANTE O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**VALIDADE:**

O REGISTRO DE PREÇOS TERÁ VALIDADE DE 12 MESES, A CONTAR DA ASSINATURA DA ATA, SENDO INADMITIDA A SUA PRORROGAÇÃO.

A EXISTÊNCIA DE PREÇOS REGISTRADOS NÃO OBRIGA A UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA A FIRMAR AS CONTRATAÇÕES QUE DELES PODERÃO ADVIR, FICANDO-LHE FACULTADA A UTILIZAÇÃO DE OUTROS MEIOS, RESPEITADA A LEGISLAÇÃO RELATIVA ÀS LICITAÇÕES, SENDO ASSEGURADO AO BENEFICIÁRIO DO REGISTRO PREFERÊNCIA EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES.

O REGISTRO DE PREÇOS SERÁ PRECEDIDO DE AMPLA PESQUISA DE MERCADO, EM RESPEITO À LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

A CONCORRÊNCIA OU O PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ SER ANULADO OU REVOGADO, NO TODO OU EM PARTE, SEMPRE MEDIANTE DESPACHO MOTIVADO, OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 49 DA LEI Nº 8.666/93.

AS QUANTIDADES INDICADAS NO EDITAL PARA REGISTRO DE PREÇOS SÃO ESTIMADAS E SERVEM APENAS COMO REFERÊNCIA.

Diretoria de Gestão de Materiais

Campus Universitário – Caixa Postal 3037 – Lavras/MG – CEP 37200-000

Tel: (35) 3829-1130

E-mail: licita@dgm.ufla.br

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**

LEI Nº 10.520, DE 17/7/2002, DECRETO Nº 3.555, DE 8/8/2000, DECRETO 5.450, DE 31/5/2005 E DECRETO Nº 7.892, DE 23/1/2013.

**PROCESSO: 23090.019560/2016-47**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP 081/2016**

**OBJETO:** O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP e sua posterior implementação com vistas ao fornecimento de materiais de acondicionamento e embalagens e materiais de copa e cozinha, do tipo menor preço por item, conforme as especificações técnicas e de quantidades descritas neste Edital e nos seus Anexos, para a Universidade Federal de Lavras, durante o período de 12 meses, a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

**ANEXOS AO EDITAL: I – TERMO DE REFERÊNCIA;**

**II – PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO;**

**III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.**

Diretoria de Gestão de Materiais

Campus Universitário – Caixa Postal 3037 – Lavras/MG – CEP 37200-000

Tel: (35) 3829-1130

E-mail: licita@dgm.ufla.br

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 081/2016 PARA REGISTRO DE PREÇOS**

**EXCLUSIVO MICROEMPRESA/EPP, AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES RURAIS  
PESSOA FÍSICA, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS DE  
CONSUMO, NO QUE COUBER.**

**PROCESSO Nº: 23090.019560/2016-47**

**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**DATA PARA ENTRADA DAS PROPOSTAS NO COMPRASNET “PARA TODOS OS ITENS DO  
EDITAL”:** O envio da proposta poderá ocorrer a partir do dia **07/11/2016** até o horário limite de início da sessão pública. Durante esse período o licitante poderá incluir ou excluir sua proposta.

**DATA DE ABERTURA DA PROPOSTA E INÍCIO DOS LANCES: 18/11/2016, às 8h30.**

**LOCAL:** [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**UASG: 153032**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, criada pela Lei nº 8.956, de 15 de dezembro de 1994, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.078.679/0001-74, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria/Reitoria nº 1.072, de 29 de julho de 2016, publicada no DOU de 3/8/16, Seção 2, p. 31, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local acima indicados, será realizada licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO, POR ITEM** com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000 (alterado pelo Decreto nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e pelo Decreto nº 3.784, de 6 de abril de 2001), no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, no Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e nas demais legislações correlatas, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, bem como em observância às condições estabelecidas neste Edital, nos seus Anexos e no Processo nº 23090.019560/2016-47.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP e sua posterior implementação para a contratação de empresas especializadas visando ao fornecimento de materiais de acondicionamento e embalagens e materiais de copa e cozinha para atender às necessidades de diversas unidades administrativas da Universidade Federal de Lavras, conforme as especificações e quantidades descritas no Anexo II deste Edital.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes neste Edital, prevalecerão as últimas.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão as empresas que:

2.1.1. atendam às condições estabelecidas neste Edital e nos Anexos que o acompanham e apresentem os documentos neles exigidos;

2.1.2. estejam cadastradas e habilitadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos termos do § 1º do art. 1º do Decreto nº 3.722/01, alterado pelo Decreto nº 4.485/02.

2.1.2.1. As empresas não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar do presente Pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação perante a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas, conforme o permissivo constante no parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 3.722/01, alterado pelo Decreto nº 4.485/02 e no § 1º do art. 4º da IN/SLTI/MP nº 2/10.

2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.2.1. que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência e concordata;

2.2.2. que tenham sido suspensas de participarem de licitação e impedidas de contratar com a **UFRL**, durante o prazo da sanção aplicada;

2.2.3. que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

2.2.4. que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02 e do art. 28 do Decreto nº 5.450/05;

2.2.5. que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição;

2.2.6. que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.7. estrangeiras não autorizadas a funcionarem no País;

2.2.8. empresas cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;

2.2.9. quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93.

2.3. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

2.4. O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em

conformidade com as exigências constantes neste Edital (art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).

2.5. O licitante é obrigado e deverá declarar, em campo próprio no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), a fim de que o sistema eletrônico gere a Declaração de Elaboração Independente de Proposta de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU de 17/9/09, página 80, Seção I.

2.6. Conforme especificado no Anexo II, quanto à participação neste Pregão também será observado o seguinte:

2.6.1. nos materiais cujo valor estimado **NÃO SUPERE** o montante de valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais) somente poderão participar Micro Empresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais ou sociedades cooperativas de consumo, no que couber, na forma do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e do artigo 1º do Decreto nº 8.538/15.

### 3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05), no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

3.2. O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

3.3. O credenciamento ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica (art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/05).

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Universidade Federal de Lavras, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art.3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).

### 4. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A participação no presente Pregão dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta com valores unitários e totais. A proposta poderá ser enviada a partir da data de divulgação deste Edital no endereço eletrônico, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública, que será realizada às 8h30 do dia 18 de novembro de 2016, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (art. 13, inciso II, do Decreto nº 5.450/05 c/ c o art. 21 do mesmo diploma legal).

4.2. A proposta de preços deverá conter as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, com valores unitários e totais de cada item, devendo ainda conter, no que couber, especificação clara, precisa, completa e minuciosa dos objetos oferecidos em conformidade com o disposto no Anexo II deste Edital, bem como marca, garantia, prazo de validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, conforme o disposto no art. 27, § 4º, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e demais referências que bem indiquem os itens cotados. O detalhamento do objeto licitado é obrigatório e deverá ser registrado no campo "DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO" de cada item.

4.3. A proposta de preços deverá conter, ainda, os seguintes dados:

4.3.1. declaração de total conhecimento e concordância com os termos deste Pregão, em conformidade com o Anexo II deste Edital;

4.3.2. a quantidade que está sendo cotada para cada item. Neste certame, não serão aceitas propostas com quantidade inferior a 60% (sessenta por cento) do total solicitado para cada item.

4.4. O(s) licitante(s) deverá(ão) fornecer, quando solicitado(s) pelo pregoeiro, os seguintes dados:

4.4.1. o nome do representante legal da empresa, o cargo ocupado, o número da Carteira de Identidade e respectivo órgão emissor, o número do CPF, estado civil e nacionalidade;

4.4.2. declaração expressa de que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o(s) objeto(s) deste Pregão, em conformidade com o disposto no Anexo II deste Edital;

4.4.3. a razão social, o endereço, telefone/fax, o número do CNPJ/MF, o nome do banco, o código da agência, o número da conta-corrente e praça de pagamento, bem como os números do telefone e celular do representante da empresa;

4.5. O licitante microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa de consumo que desejar usufruir nesta licitação do tratamento diferenciado e favorecido concedido pela Lei Complementar nº 123/06, regulamentado pelo Decreto nº 8.538/15 e, em especial, quanto ao seu art. 13, deverá declarar, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema eletrônico, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir o tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da mencionada lei.

4.6. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa de consumo assinala, equivocadamente, no sistema eletrônico, a alternativa de que não cumpre os requisitos estabelecidos no art. 13 do Decreto nº 8.538/15, será considerada pelo sistema, para todos os fins, inclusive para desempate, que o licitante, mesmo podendo, optou por não se beneficiar, nesta licitação, do regime diferenciado e favorecido previsto na citada lei, não cabendo, posteriormente, qualquer reclamação e/ou recurso visando a alterar essa situação.

4.7. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, do Decreto nº 5.450/05).

4.8. Como requisito para a participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, também, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4.9. Poderão ter suas propostas desclassificadas os licitantes que:

4.9.1. preencherem, de forma incorreta, no campo mencionado no subitem 4.2 e utilizar as expressões tais como "CONFORME O EDITAL, TOTALMENTE DE ACORDO COM O EDITAL";

4.9.2. registrarem, nos campos "MARCA" e/ou "FABRICANTE", mais de uma marca ou indicarem mais de um fabricante para o mesmo item. Havendo indicações de marcas ou fabricantes no campo "DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO", que sejam divergentes do preenchido no campo próprio do sistema para essa informação, prevalecerá o constante nos campos "MARCA" e "FABRICANTE".

4.10. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e de seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

## 5. DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. A partir das **8 horas e 30 minutos** e em conformidade com o subitem 4.1 deste Edital, terá início a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, conforme o disposto neste Edital e em consonância com as preceituações constantes no Decreto nº 5.450/05.

## 6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances para cada item cotado, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos para cada item, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

6.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

6.6. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.6.1. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.6.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação do pregoeiro aos participantes.

6.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.8. Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

6.9. O pregoeiro poderá anunciar o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo pregoeiro, acerca da aceitação do lance de menor valor.

6.9.1. Quando houver necessidade de apresentação de catálogo ou prospecto, ou não for possível a conclusão do certame durante a sessão pública, o pregoeiro encerrará a etapa de lances e suspenderá o pregão, informando a data prevista para a retomada do pregão.

6.10. **IMPORTANTE:** Ao formularem seus lances os licitantes participantes deverão oferecer lances nos valores globais para cada item observando que, o valor total dividido pelo quantitativo requerido não pode resultar num valor unitário que extrapole o número de duas casas decimais após a vírgula (casa dos centavos). Caso isto ocorra, o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o (s) item(ns) fazendo arredondamentos a menor, de forma que o valor unitário (com no máximo duas casas decimais após a vírgula – casa dos centavos), multiplicado pelo quantitativo resulte num valor, no máximo, igual ao valor do último lance ofertado.

## **7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

7.1. O julgamento das propostas será realizado em conformidade com o tipo de licitação mencionado no inciso I do § 1º do art. 45 da Lei nº 8.666/93 menor preço por item, dentro das especificações.

7.2. O julgamento da proposta de preços será objetivo, realizado em conformidade com o subitem 7.1 deste Edital.

7.3. Caso a proposta de menor valor seja desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.



7.3.1. Ocorrendo a situação a que se refere esse item, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.4. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, quando o intervalo percentual entre a proposta melhor classificada for de até 5% (cinco por cento), em conformidade com o previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observado o disposto nos subitens 4.5 e 4.6 deste Edital. O previsto neste item não se aplica quando a disputa ocorrer somente entre microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nos casos dispostos nos incisos I e II (cota de até 25%) do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com a redação conferida pela Lei Complementar nº 147/2014.

7.5. O não atendimento aos chamados via chat será interpretado como descumprimento das normas editalícias ou desinteresse em fornecer o objeto da licitação, o que acarretará na desclassificação da proposta da empresa solicitada.

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, trabalhista à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, podendo ser prorrogado a critério do pregoeiro, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

#### **8.4. Habilitação jurídica:**

8.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

8.4.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.4.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

8.4.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.4.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.4.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### **8.5. Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.5. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.6. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da **qualificação econômico-financeira**, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

8.6.1. certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.6.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.6.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

8.6.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.6.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.6.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente

8.7. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, , deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.7.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens e serviços, por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) Atestado ou Certidão de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido ou estar fornecendo objeto (s) compatível (is) e pertinente (s) com o (s) objeto(s) desta licitação;

8.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.9. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo mínimo de 2 (duas) horas, podendo ser prorrogado a critério do pregoeiro após sua solicitação no sistema eletrônico. .

8.9.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo

poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.11. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.14. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.15. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **9. DAS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS**

9.1. O registro de preços será formalizado por intermédio de ATA(S) DE REGISTRO DE PREÇOS, na forma da minuta constante no Anexo III e nas condições previstas neste Edital.

9.2. Serão celebradas Atas de Registro de Preços para cobertura de todos os itens e seus quantitativos constantes no Anexo II deste Edital.

9.3. A(s) Ata(s) de Registro de Preços resultantes deste certam e terão validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

## **10. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e enviada no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da data de recebimento da correspondência ou do e-mail.

10.2. No caso de o licitante primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, responderá na forma da legislação vigente, sem prejuízo das sanções a ele previstas neste Edital. A UFLA registrará os

demais licitantes que aceitarem fornecer o(s) objeto(s) e/ou prestar o(s) serviço(s) pelo preço do primeiro classificado na licitação, mantida a ordem de classificação.

## 11. DA PARTICIPAÇÃO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES

11.1. A UFLA registrará a sua intenção de registro de preços no Portal de Compras do Governo Federal.

11.2. O órgão/entidade participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento de sua estimativa de consumo, local de entrega, cronograma de contratação e respectivas especificações, a serem inseridas em um modelo de termo de referência a ser fornecido pela UFLA, nos termos do art. 6º do Decreto nº 7.892/13.

11.3. Os participantes deverão garantir que os atos relativos à sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente.

11.4. Antes da realização do procedimento licitatório, os participantes deverão manifestar perante a UFLA, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado.

11.5. A UFLA deverá consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência encaminhados pelos participantes para atender aos requisitos de padronização e racionalização.

11.6. A UFLA poderá solicitar auxílio técnico aos participantes, com vistas à promoção dos atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório, bem como quanto à realização de pesquisa de preços.

11.7. Caberá ao órgão participante aplicar as penalidades de que trata o item 21 desde Edital, garantida a ampla defesa e o contraditório, por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, em relação às suas próprias contratações, informado as ocorrências à UFLA.

## 12. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

12.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal que não tenha participado do presente certame licitatório, mediante anuência da **UFLA**.

12.2. Os órgãos e entidades que não participaram do presente procedimento licitatório, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar à **UFLA** sobre a possibilidade de adesão.

12.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com a **UFLA**.

12.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem precedente não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens licitados e registrados na Ata de Registro de Preços para a **UFLA**.

12.5. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para a **UFLA**, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.6. Após a autorização da **UFLA**, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado prazo de vigência da Ata.

12.6.1. A UFLA poderá autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo de noventa dias de que trata o item anterior, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

12.7. Ao órgão não participante que aderir à ata compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

12.8. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão à Ata de Registro de Preços da **UFLA**.

12.9. A Ata de Registro de Preços será gerenciada pela Diretoria de Gestão de Materiais da **UFLA**.

### **13. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

13.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos materiais ou bens registrados, cabendo à **UFLA** promover as negociações perante os fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

13.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a **UFLA** convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

13.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

13.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

13.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a **UFLA** poderá:

13.3.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

13.3.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

13.3.2.1. Não havendo êxito nas negociações, a **UFLA** deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13.4. O registro do fornecedor será cancelado quando:

13.4.1. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

13.4.3. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

13.4.3.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 13.4.1 e 13.4.3 será formalizado por despacho da autoridade competente da **UFLA**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

13.5.1. por razão de interesse público; ou

13.5.2. a pedido do fornecedor.

#### **14. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

14.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

14.2. O pedido de impugnação deverá ser feito por escrito e estar devidamente assinado, podendo ser encaminhado por meio eletrônico (pelo e-mail [licita@dgm.ufla.br](mailto:licita@dgm.ufla.br)), ou por petição dirigida ou protocolada na Diretoria de Gestão de Materiais, localizada à Praça Prof. Edmir Sá Santos, s/n, *campus* Ufla, desde que observado o prazo estabelecido no subitem 14.1.

14.2.1. Não será aceita em hipótese alguma petição contra o ato convocatório sem assinatura do responsável legal ou preposto da empresa.

14.3. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

14.4. Não serão conhecidas as impugnações interpostas fora do prazo fixado no subitem 14.1.

14.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.



14.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## 15. DOS ESCLARECIMENTOS

15.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública, por intermédio do e-mail [licita@dgm.ufla.br](mailto:licita@dgm.ufla.br).

15.2. Qualquer modificação deste Edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.3. Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos interpostos fora do prazo fixado no subitem 15.1.

15.4. O prazo para resposta aos pedidos de esclarecimentos será até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

## 16. DOS RECURSOS

16.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, no prazo de 30 (trinta) minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente.

16.2. É assegurada aos licitantes vista imediata dos atos do pregão na Diretoria de Gestão de Materiais (DGM), com finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

16.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, dentro do prazo e nos termos estabelecidos no subitem 16.1 importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar os objetos ao licitante declarado vencedor (art. 26, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).

16.4. A decisão do pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.

16.5. O acolhimento do recurso implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

16.6. Qualquer recurso contra a decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

16.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Diretoria de Gestão de Materiais – Prédio da Administração Central - *Campus* Universitário - CEP 37.200-000 – Lavras-MG.

16.8. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais.

## **17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

17.1. A adjudicação dos objetos do presente Certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso.

17.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação dos objetos ao licitante vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

## **18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

18.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

18.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

18.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

18.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

18.4. Após a homologação dos itens, o sistema Comprasnet enviará e-mail aos licitantes informando o prazo para registrar o interesse de fazer parte do cadastro de reserva.

## **19. DO PRAZO DE ENTREGA**

19.1. Após empenhados, a entrega dos objetos licitados deverá ser efetuada de acordo com os Anexos I e II deste Edital.

## **20. DO PAGAMENTO**

20.1. O pagamento ao licitante vencedor será efetuado em conformidade com as disposições contidas neste Edital, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

20.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal ou da Fatura, devidamente atestada pelo solicitante

sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

20.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá estar acompanhada da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, com resultado favorável, ou na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/93.

20.4. Na hipótese de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

20.5. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, esses serão restituídos ao licitante vencedor para as correções necessárias, não respondendo a **UFLA** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do respectivo pagamento.

20.6. Do valor apresentado para pagamento, será efetuada a retenção na fonte, referente ao IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica; CSLL – Contribuição Sobre o Lucro Líquido; COFINS – Contribuição para a Seguridade Social, e a Contribuição para o PIS-PASEP, em obediência ao disposto na Lei no 9.430/96 e na Instrução Normativa Conjunta SRF no 1, de 9/1/97, exceto para empresas que forem optantes pelo “SIMPLES”, e apresentarem cópia do Termo de Opção, após recebimento da Nota de Empenho.

20.7. O pagamento será efetuado mediante depósito na conta-corrente, agência e banco indicados pelo licitante vencedor.

20.8. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

## 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, o licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores da UFLA, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais, nos seguintes casos:

- 21.1.1. cometer fraude fiscal;
- 21.1.2. apresentar documento falso;
- 21.1.3. fizer declaração falsa;
- 21.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 21.1.5. não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- 21.1.6. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- 21.1.7. não mantiver a proposta.

21.2. Para os fins do disposto no subitem 21.1.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

21.3. Além do previsto no subitem 21.1, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI, da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá aplicar ao licitante vencedor as seguintes penalidades, sem o prejuízo de outras:

21.3.1. advertência, que deverá ser feita por meio de ofício mediante contrarrecibo do representante legal do licitante vencedor, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações descumpridas;

21.3.2. multa de 0,03% (três centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor do contrato no descumprimento das obrigações assumidas até o 30º (trigésimo) dia;

21.3.3. multa de 0,5 % (cinco décimos por cento), por dia de atraso sobre o valor do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas, após o 30º (trigésimo) dia, limitado a 10% do valor total contratado ou da parcela inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades;

21.3.4. multa compensatória de 20%(vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas;

21.3.5. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **UFLA**, durante o prazo da sanção aplicada.

21.3.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sendo a reabilitação concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir à **UFLA** pelos prejuízos resultantes.

21.4. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo licitante vencedor ou cobradas diretamente da **UFLA**, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste Item.

21.5. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

21.6. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, será assegurado ao licitante vencedor o direito ao contraditório e a ampla defesa.

**22. DO FORO**

22.1. Por força do art. 109, inciso I, da Constituição Federal, o foro competente para dirimir quaisquer questões relativas ao presente Edital será o da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Lavras, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

23.2. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

23.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

23.4. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar nos autos desde a realização da sessão pública.

23.5. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.6. Os licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas de preços.

23.7. A homologação do resultado desta Licitação não implicará em direito à aquisição dos objetos licitados pela Administração.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e nos seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Universidade Federal de Lavras.

23.9. Para fins de aplicação de sanções administrativas previstas neste Edital, o lance é considerado proposta.

23.10. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Universidade Federal de Lavras responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 31, III, do Decreto nº 5.450/05).

23.11. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, IV, do Decreto nº 5.450/05).

23.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, observadas as normas legais pertinentes.

Lavras, 04 de novembro de 2016.

**Lidiane Fátima Evangelista**  
**Diretora de Gestão de Materiais**

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****PROCESSO Nº: 23090.019560/2016-47****TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM****DATA PARA ENTRADA DAS PROPOSTAS NO COMPRASNET “PARA TODOS OS ITENS DO EDITAL”**: O envio da proposta poderá ocorrer a partir do dia **07/11/2016** até o horário limite de início da sessão pública. Durante esse período o fornecedor poderá incluir ou excluir sua proposta.**DATA DE ABERTURA DA PROPOSTA E INÍCIO DOS LANCES: 18/11/2016, às 08h30.****LOCAL: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).****UASG: 153032****1. DO OBJETO**

1.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP e sua posterior implementação para a contratação de empresas especializadas visando ao fornecimento de materiais de acondicionamento e embalagens e materiais de copa e cozinha para atender às necessidades de diversas unidades administrativas da Universidade Federal de Lavras, conforme as especificações e quantidades descritas no Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico nº 081/2016.

**2. DA JUSTIFICATIVA**

2.1. O pedido de compras constante às fls. 2 a 11 refere-se à aquisição de materiais de acondicionamento e embalagens e materiais de copa e cozinha. A aquisição desses materiais é necessária para atender as demandas planejadas pelas unidades administrativas da Universidade Federal de Lavras, essenciais para o bom funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade

2.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços neste certame licitatório se justifica tendo em vista que as contratações desses materiais são frequentes e as entregas acontecem de forma parcelada, devido ao espaço restrito de armazenamento do almoxarifado. A demanda também varia em função de fatores alheios ao calendário acadêmico, como por exemplo, greves, paralisações, eventos, entre outros, o que impossibilita estimar previamente o quantitativo exato demandado pelas unidades administrativas. Dessa forma, esta solicitação de compras no Sistema de Registros de Preços se justifica por estar de acordo com os incisos I, II e IV do Art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

**3. DO ENQUADRAMENTO**

3.1 A contratação pretendida fundamenta-se na Lei nº 10.520/02, no Decreto nº 3.555/00 e suas alterações, no Decreto nº 5.450/05, na Lei Complementar nº 123/06,

alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, no Decreto nº 8.538/15, na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 7.892/13 e nas demais normas legais pertinentes.

#### 4. DA ESPECIFICAÇÃO

4.1. Os objetos a serem licitados estão especificados no Anexo II – PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO.

#### 5. DA ESTIMATIVA

5.1. O valor total estimado dos objetos a serem licitados, especificados no Anexo II, é de R\$ 137.809,64 (Cento e trinta e sete mil, oitocentos e nove reais e sessenta e quatro centavos).

#### 6. DO PRAZO DE ENTREGA

6.1. Os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento da Nota de Empenho, de acordo com as especificações constantes no Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 081/2016. O licitante vencedor deverá entregar os objetos cotados, conforme as particularidades e demais condições estipuladas em sua proposta comercial.

6.2. Deverão os licitantes vencedores do certame comunicar à **UFLA**, por intermédio da Diretoria de Materiais e Patrimônio, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder ao vencimento do prazo de entrega dos itens adjudicados, a impossibilidade do cumprimento do fornecimento, informando os motivos correlatos.

6.3. Os objetos licitados deverão ser entregues na Diretoria de Materiais e Patrimônio localizada no *Campus* Universitário, que poderá solicitar o encaminhamento dos mesmos para outros locais da Universidade, com todas as despesas pagas pelo licitante vencedor.

#### 7. DO RECEBIMENTO DOS OBJETOS LICITADOS

7.1. O recebimento dos objetos licitados será efetuado da seguinte forma:

7.1.1. **provisoriamente**, pela Diretoria de Materiais e Patrimônio para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes no Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 081/2016;

7.1.2. **definitivamente**, até 15 (quinze) dias úteis, após verificação de qualidade e quantidade dos objetos licitados e consequente aceitação pelo solicitante.

7.2. Conforme disposto no art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/93 "o recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato".



## 8. DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA DOS OBJETOS LICITADOS

8.1. O licitante vencedor do certame é obrigado a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo que a entrega deles esteja prevista para data posterior a seu vencimento.

8.2. O horário para recebimento dos objetos licitados é das 7h às 10h30 e das 13h às 16h30, de segunda a sexta-feira.

8.3. Os objetos licitados deverão ser entregues conforme marca cotada pelo licitante vencedor. Não serão aceitos objetos fora da especificação. Se o objeto entregue não corresponder às especificações exigidas no edital, a atestação será recusada e será solicitada a sua substituição, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

## 9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento dos objetos fornecidos pelo licitante vencedor e aceitos definitivamente pela **UFLA** será efetuado em conformidade com as disposições contidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 081/2016 e neste Anexo, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

9.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal ou da Fatura, devidamente atestada pelo solicitante, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá estar acompanhada da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, com resultado favorável, ou na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/93.

9.4. Na hipótese de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365$$

EM= I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

9.5. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, esses serão restituídos ao licitante vencedor para as correções necessárias, não respondendo a **UFLA** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do respectivo pagamento.

9.6. Do valor apresentado para pagamento, será efetuada a retenção na fonte, referente ao IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica; CSLL – Contribuição Sobre o Lucro Líquido; COFINS – Contribuição para a Seguridade Social, e a Contribuição para o PIS-PASEP, em obediência ao disposto na Lei no 9.430/96 e na Instrução Normativa Conjunta SRF no 1, de 9/1/97, exceto para empresas que forem optantes pelo “SIMPLES”, e apresentarem cópia do Termo de Opção, após recebimento da Nota de Empenho.

9.7. O pagamento será efetuado mediante depósito na conta-corrente, agência e banco indicados pelo licitante vencedor.

9.8. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

## 10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, o licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores da UFLA, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e sanções previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 081/2016 e nas demais cominações legais, nos seguintes casos:

- 10.1.1. cometer fraude fiscal;
- 10.1.2. apresentar documento falso;
- 10.1.3. fizer declaração falsa;
- 10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5. não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- 10.1.6. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- 10.1.7. não mantiver a proposta.

10.2. Para os fins do disposto no subitem 10.1.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

10.3. Além do previsto no subitem 10.1, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI, da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá aplicar ao licitante vencedor as seguintes penalidades, sem o prejuízo de outras:

10.3.1. advertência, que deverá ser feita por meio de ofício mediante contrarrecibo do representante legal do licitante vencedor, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações descumpridas.;

10.3.2. multa de 0,03% (três centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor do contrato no descumprimento das obrigações assumidas até o 30º (trigésimo) dia;

10.3.3. multa de 0,5 % (cinco décimos por cento), por dia de atraso sobre o valor do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas, após o 30º (trigésimo) dia, limitado

a 10% do valor total contratado ou da parcela inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades;

10.3.4. multa de 20%(vinte por cento) sobre o valor do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas;

10.3.5. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **UFLA**, durante o prazo da sanção aplicada;

10.3.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sendo a reabilitação concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir à **UFLA** pelos prejuízos resultantes.

10.4. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela **UFLA** ou cobradas diretamente do licitante vencedor, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste Item.

10.5. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

10.6. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao licitante vencedor o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Aprovo o termo de referência:

**PATRICIA MARIA SILVA**

**Pró-Reitora de Planejamento e Gestão**

**ANEXO II****PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO****PROCESSO Nº: 23090.019560/2016-47****TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM****DATA PARA ENTRADA DAS PROPOSTAS NO COMPRASNET “PARA TODOS OS ITENS DO EDITAL”**: o envio da proposta poderá ocorrer a partir do dia **07/11/2016** até o horário limite de início da sessão pública. Durante esse período o fornecedor poderá incluir ou excluir sua proposta.**DATA DE ABERTURA DA PROPOSTA E INÍCIO DOS LANCES: 18/11/2016, às 8h30.****LOCAL: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).****UASG: 153032****OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:**

1. Os licitantes deverão formalizar suas propostas com base nas especificações técnicas, de acordo com o disposto no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 081/2016 e neste Anexo, cotando exclusivamente objetos de PRIMEIRA QUALIDADE.
2. O Pregoeiro, no que couber, poderá solicitar folder ou catálogo dos objetos licitados para que o solicitante analise e ateste, ou não, a sua equivalência. Os folders ou catálogos deverão ser entregues conforme solicitação do Pregoeiro via chat. O não envio poderá ocasionar a desclassificação da proposta.
3. É exigida no cadastro da proposta uma especificação detalhada do objeto, a marca e demais referências que bem identifiquem o item que o licitante vencedor esteja cotando, ficando a cargo do Pregoeiro a solicitação de maiores detalhes, caso julgue necessário. Poderá ocorrer a desclassificação da proposta se não for possível identificar o produto ofertado ou se suas características não estiverem claras, conforme consta no item 4.2 do edital.
4. A Diretoria de Materiais e Patrimônio não receberá objetos divergentes dos cotados no edital, a não ser pela interrupção de suas fabricações e mediante negociação prévia com o referido setor, devendo ser apresentada, junto com a justificativa da troca, a comprovação da impossibilidade de entrega dos objetos cotados originalmente. Na hipótese de o licitante vencedor enviar objetos divergentes dos oferecidos, sem a devida autorização, será punido administrativamente por declaração falsa, sem prejuízo das demais sanções, conforme o disposto no item 21 do edital.
5. A única via de comunicação entre o licitante vencedor e o Pregoeiro, durante o processo licitatório, será por meio do Chat do Comprasnet. Não serão conhecidos e-mails enviados durante a sessão pública.

6. Caso haja divergência de informações entre algum documento enviado via anexo do sistema e as cadastradas em campo próprio do Comprasnet, prevalecerão as informações cadastradas e/ou negociadas no mesmo.
7. O não atendimento dessas observações poderá ocasionar desde a devolução dos objetos licitados à desclassificação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas, tais como multas, advertências e proibição de contratar com a Administração, conforme o disposto no item 21 do edital.
8. Os licitantes deverão se atentar a todas as especificações e prazos estabelecidos no edital no momento em que forem formular suas propostas e lances.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BANDEJA DE ISOPOR PARA MUDAS COM 128 CELULAS  BANDEJA DE ISOPOR PARA MUDAS COM 128 CELULAS	UNIDADE	30	R\$ 23,97	R\$ 719,10
2	BANDEJA DE PLASTICO REFORÇADO, 15 X 20 X 8 CM  BANDEJA DE PLASTICO REFORÇADO, 15 X 20 X 8 CM	UNIDADE	20	R\$ 9,85	R\$ 197,00
3	BANDEJA EM POLIPROPILENO BRANCA 48X34X8 CM  Bandeja em polipropileno reforçada, cor branca, medindo aproximadamente 48 cm de comprimento, 34 cm de largura e 8 cm de profundidade.	UNIDADE	76	R\$ 30,00	R\$ 2.280,00
4	BARBANTE DE ALGODAO 8 FIOS 4/8 - 300 METROS  BARBANTE DE ALGODAO, 100% ALGODÃO, 08 (oito) fios, 4/8. Comprimento de 300 metros aproximadamente.	Rolo	6	R\$ 12,15	R\$ 72,90

5	<p>BIBLIOCANTO</p> <p>BIBLIOCANTO CONFECCIONADO EM CHAPA DE AÇO, COM ESPESSURA 1,2 MM DOBRADO EM FORMA DE "L", CANTOS ARREDONDADOS, SEM CANTOS VIVOS, SEM REBARBAS OU ARESTAS CORTANTES. ACABAMENTO COM SISTEMA DE TRATAMENTO QUÍMICO DA CHAPA (ANTI-FERRUGINOSO E FOSFATIZANTE) E PINTURA ATRAVÉS DE SISTEMA ELETROSTÁTICO A PÓ, COM CAMADA MÍNIMA DE TINTA DE 70 MICRAS.</p> <p>COR: CREME OU PALHA.</p> <p>DIMENSÕES: ALTURA: 15 CM. LARGURA: 18 CM. BASE: 14 CM.</p> <p>OBSERVAÇÃO: O BIBLIOCANTO NÃO PODE SER VAZADO (RASGO CENTRAL).</p> <p>OUTROS NOMES:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- PORTA LIVROS;</li> <li>- SUPORTE PARA LIVROS;</li> <li>- ORGANIZADORES DE LIVROS.</li> </ul>	UNIDADE	30	R\$ 6,80	R\$ 204,00
6	<p>BOBINA PICOTADA VIRGEM 35 X 45 CM COM 500 SACOS</p> <p>BOBINA PICOTADA VIRGEM, ROLO COM 500 SACOS, A ESPESSURA VARIA DE 0,02 A 0,03. POR SE TRATAR DE UM MATERIAL VIRGEM, O ALIMENTO PODE IR DIRETAMENTE EM CONTATO COM O PLÁSTICO SEM CAUSAR CONTAMINAÇÃO.</p> <p>MEDIDAS DO PRODUTO: ALTURA: 35 X LARGURA: 45</p> <p>PESO: 1.200 GRAMAS</p> <p>EMBALAGEM: 1 UNIDADE</p>	BOBINA	20	R\$ 24,80	R\$ 496,00
7	<p>BOBINA PLÁSTICA DE REDE CONTINUA - C/ APROX. 1KG</p> <p>BOBINA PLÁSTICA DE REDE CONTINUA ROLO COM +/- 1KG COR AMARELA MALHA: M60</p> <p>MUITO UTILIZADA PARA EMBALAR LIMÃO/LARANJAS.</p>	BOBINA	20	R\$ 17,18	R\$ 343,60

8	<p>BOBINA PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA AÇOUGUE, COM 15 KG, 60 CM LARGURA.</p> <p>Bobina plástica transparente para açougue, com 15 kg, 60 cm largura.</p>	BOBINA	24	R\$ 184,50	R\$ 4.428,00
9	<p>BOBINA PLÁSTICO BOLHA Nº 10 REFORÇADA (130CMX50M)</p> <p>Bobina de plástico bolha nº 10 reforçada com dimensões aproximadas de 130cmx50m.</p>	BOBINA	4	R\$ 77,98	R\$ 311,92
10	<p>BOMBONA DE 50LITROS - EMBALAGEM PRODUZIDA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE</p> <p>BOMBONA DE 50 LITROS - EMBALAGEM PRODUZIDA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE E ALTO PESO MOLECULAR (HDPE) 100 % MATÉRIA-PRIMA VIRGEM, NO FORMATO RETANGULAR; PARA ARMAZENAMENTO DE MATERIAIS QUÍMICOS; COM DOIS BOCAIS; TAMPA AUTOLCRAVEL E DUAS ALÇAS SUPERIORES; NA COR AZUL; COM CERTIFICADO COMPULSÓRIO INMETRO</p>	UN	208	R\$ 80,00	R\$ 16.640,00
11	<p>BOMBONA PLÁSTICA 100 L</p> <p>BOMBONA PLÁSTICA 100 L -</p>	UNIDADE	2	R\$ 149,50	R\$ 299,00
12	<p>BOMBONA PLÁSTICA 20 L RETANGULAR (BOCA ESTREITA)</p> <p>BOMBONA PLÁSTICA 20 L RETANGULAR (BOCA ESTREITA)</p>	UNIDADE	204	R\$ 38,24	R\$ 7.800,96
13	<p>CAIXA BOX ORGANIZADORA</p> <p>Caixa box organizadora baixa Comprimento:57cm x Altura:14,5cm x Largura:32cm</p>	UNIDADE	26	R\$ 33,62	R\$ 874,12

14	<p>CAIXA COLETORA PARA MATERIAIS PERFUROCORANTES- 3 LITROS</p> <p>CAIXA COLETORA PARA MATERIAIS PERFUROCORANTES. Para acondicionamento de material perfurado cortante, infectante, capacidade total de 3 litros.</p>	UNIDADE	166	R\$ 4,70	R\$ 780,20
15	<p>CAIXA ORGANIZADORA EM PLASTICO COM TRAVAS 15 LITROS</p> <p>CAIXA ORGANIZADORA EM PLASTICO COM TRAVAS. A X L X C: 18,91 X 29,7 X 44,1 CM. VOLUME DE 15 LITROS.</p>	UN	38	R\$ 33,85	R\$ 1.286,30
16	<p>CAIXA ORGANIZADORA PARA PASTAS SUSPENSAS COM TAMPA</p> <p>CAIXA ORGANIZADORA PARA PASTAS SUSPENSAS COM TAMPA - CAIXA ORGANIZADORA DE ARQUIVOS, DE MESA, PARA PASTAS SUSPENSAS, SEM TAMPA, CONFECCIONADA EM POLIESTIRENO, NA COR FUMÊ, COM AS DIMENSÕES: A X C X L: 28 X 48 X 35CM</p> <p>OBS: MODELO DE REFERÊNCIA: ARQUIVO MÉDIO FUMÊ P/PASTAS SUSPENSAS OR70922 ORDENE PT 1 UN</p>	UNIDADE	4	R\$ 77,89	R\$ 311,56
17	<p>CAIXA PLÁSTICA BIN Nº 5</p> <p>CAIXA PLÁSTICA BIN Nº 5 DE POLIPROPILENO NA COR AZUL, EMPILHÁVEL, COM MEDIDAS APROXIMADAS: 12,0 X 16,0 X 25,0 CM (ALT X LARG X PROF)</p>	UNIDADE	40	R\$ 5,00	R\$ 200,00
18	<p>CAIXA PLÁSTICA BIN Nº 4</p> <p>CAIXA PLÁSTICA BIN Nº 4 DE POLIPROPILENO NA COR AZUL, EMPILHÁVEL, COM MEDIDAS APROXIMADAS: 10,0 X 13,0 X 21,0 CM (ALT X LARG X PROF)</p>	UNIDADE	40	R\$ 4,00	R\$ 160,00



19	CAIXA PLÁSTICA BIN Nº 6 CAIXA PLÁSTICA BIN Nº 6 DE POLIPROPILENO NA COR AZUL, EMPILHÁVEL, COM MEDIDAS APROXIMADAS: 15,0 X 19,0 X 29,0 CM (ALT X LARG X PROF)	UNIDADE	40	R\$ 8,00	R\$ 320,00
20	CAIXA PLÁSTICA BRANCA PARA FRIGORÍFICO 25 LITROS Caixa plástica branca para frigorífico 25 litros, 18 x 42 x 61 cm.	UNIDADE	100	R\$ 38,59	R\$ 3.859,00
21	CAIXA PLÁSTICA BRANCA PARA VERDURA, GRADEADA, 40 LITROS Caixa plástica branca para verdura (gradeada) 40 litros, 33 cm de largura, 53 cm de comprimento.	UNIDADE	200	R\$ 31,80	R\$ 6.360,00
22	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA 26 A 30 LITROS CAIXA DE PLÁSTICO ORGANIZADORA 26 A 30 LITROS EM POLIPROPILENO TRANSLÚCIDO (CRISTAL) COM TAMPA E FECHO LATERAL.	UNIDADE	6	R\$ 34,97	R\$ 209,82
23	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA 40 A 50 LITROS CAIXA DE PLÁSTICO ORGANIZADORA 40 A 50 LITROS EM POLIPROPILENO TRANSLÚCIDO (CRISTAL) COM TAMPA E FECHO LATERAL.	UNIDADE	6	R\$ 62,00	R\$ 372,00
24	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA 51 A 60 LITROS CAIXA DE PLÁSTICO ORGANIZADORA 51 A 60 LITROS EM POLIPROPILENO TRANSLÚCIDO (CRISTAL) COM TAMPA E FECHO LATERAL.	UNIDADE	16	R\$ 79,64	R\$ 1.274,24

25	CAIXA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA COM TAMPA 4,5 LITROS  CAIXA ORGANIZADORA COM TAMPA 4,5 LITROS MEDIDAS EXTERNAS: 26,6 X 26,6 X 9,0 CM VOLUME: 4,5 LITROS	UNIDADE	6	R\$ 14,99	R\$ 89,94
26	CAIXA PLÁSTICA VAZADA 30X36X55CM  CAIXA PLÁSTICA VAZADA: (CAIXA SUPERMERCADO DE PLÁSTICO): COM DIMENSÕES DE 30 X 36 X 55 CM, DE 52 LITROS.	UNIDADE	64	R\$ 30,09	R\$ 1.925,76
27	CAIXAS ENTOMOLÓGICAS EM MADEIRA OU MDF COM TAMPA EMOLDURADA EM VIDRO  CAIXAS ENTOMOLÓGICAS EM MADEIRA OU MDF COM TAMPA EMOLDURADA EM VIDRO PRODUZIDA EM MADEIRA OU MDF 9MM FUNDO EM MDF DE 3MM TAMPA DE VIDRO CRISTAL DE 2MM MEDIDAS APROXIMADAS 50,0 X 38,0 X 6CM POSSUI BASE PARA ALFINETAÇÃO (EVA) DE 8 MM DE ESPESSURA	UNIDADE	20	R\$ 96,00	R\$ 1.920,00
28	CAPA PROTETORA PARA HD EXTERNO 2,5 CASE  CAPA PROTETORA PARA HD EXTERNO 2,5 CASE, PORTA HD EXTERNO PRATA EM POLIESTER, TAMANHO 4 X 10 X 15 CM. PESO: 140 GRAMAS. MATERIAL POLIESTER. ITENS INCLUSOS UM BLISTER.	UNIDADE	10	R\$ 43,67	R\$ 436,70
29	DISPENSADOR PARA PAPEL TOALHA  Dispensador para papel toalha	UNIDADE	2	R\$ 26,89	R\$ 53,78

30	<p>EMBALAGEM PARA CAFÉ DE 1KG MOÍDO</p> <p>EMBALAGEM PARA CAFÉ DE 1KG MOÍDO</p> <p>ESPECIFICAÇÕES: SANFONADA SEM VÁLVULA MEDINDO APROXIMADAMENTE: 21X30CM MATERIAL: POLIÉSTER + METALIZAÇÃO + PE - FECHAMENTO: SOLDA SIMPLES - CAPACIDADE: 1KG CORES: PRATA</p>	UNIDADE	9000	R\$ 1,02	R\$ 9.180,00
31	<p>EMBALAGEM PARA CAFÉ GRÃO 1KG</p> <p>EMBALAGEM PARA CAFÉ GRÃO 1KG</p> <p>ESPECIFICAÇÕES: EXPRESSO OU SANFONADO PARA CAFÉ GRÃO MEDINDO APROXIMADAMENTE: 13X39CM MATERIAL: POLIÉSTER + METALIZAÇÃO + PE - FECHAMENTO: SOLDA SIMPLES CAPACIDADE: 1KG CORES: PRETO FOSCO SEM VÁLVULA</p>	UNIDADE	3000	R\$ 1,05	R\$ 3.150,00
32	<p>EMBALAGEM PARA CAFÉ TORRADO E MOÍDO 250G</p> <p>ESPECIFICAÇÕES: SANFONADO MEDINDO APROXIMADAMENTE: 10X21CM MATERIAL: POLIÉSTER + METALIZAÇÃO + PE - FECHAMENTO: SOLDA SIMPLES CAPACIDADE: 250G CORES: PRETO FOSCO - COM VÁLVULA</p>	UNIDADE	5100	R\$ 0,64	R\$ 3.264,00
33	<p>EMBALAGEM PARA CAFÉ TORRADO E MOÍDO 500G</p> <p>ESPECIFICAÇÕES: MODELO: SANFONADA COM VÁLVULA MEDINDO APROXIMADAMENTE: 10X29CM MATERIAL: POLIÉSTER + METALIZAÇÃO + PE - FECHAMENTO: SOLDA SIMPLES - CAPACIDADE: 500G CORES: PRATA E PRETO FOSCO</p>	UNIDADE	7400	R\$ 0,92	R\$ 6.808,00
34	<p>ENVELOPE PARA CD-ROM</p> <p>ENVELOPE PARA CD/DVD 126X126 MM BRANCO COM JANELA. CAIXA COM 200 UNIDADES</p>	CAIXA	4	R\$ 28,12	R\$ 112,48

35	FILME DE PVC PLÁSTICO ESTICÁVEL 28CMX300M  FILME DE PVC PLÁSTICO ESTICÁVEL BOBINA DE 28CMX300M	BOBINA	12	R\$ 22,60	R\$ 271,20
36	FITILHOS DECORATIVOS DE 5MM X 50M, CORES SORTIDAS, PACOTE COM 10 ROLOS  FITILHOS DECORATIVOS DE 5MM X 50M, CORES SORTIDAS, PACOTE COM 10 ROLOS. TAMBÉM CONHECIDO COMO FITAS PARA PRESENTE.	PACOTE	2	R\$ 11,05	R\$ 22,10
37	MOCHILA LONA GRANDE  MOCHILA LONA GRANDE. Mochila Intruder ou similar, 45 Litros preto e verde.	UNIDADE	2	R\$ 194,03	R\$ 388,06
38	MOCHILA PARA NOTEBOOK  Mochila para notebook, com as seguintes especificações: com bolso frontal para pequenos objetos, divisões internas para melhor organização, alça de ombro ajustável, com 1 divisão para notebook com divisória; comporta notebook de até 15"; com proteção anti-shock; fabricado em nylon; na cor preta; com dimensões aproximadas de: AlturaxLarguraxProfundidade - 4,00 cm x 33,00 cm x 46,00 cm. Da marca/modelo Multilaser Mochila Executiva Techno Preto BO010 ou equivalente.	UNIDADE	12	R\$ 115,92	R\$ 1.391,04
39	PAPEL ALUMÍNIO - ROLO DE 30CM X 7,5M  PAPEL ALUMÍNIO PARA EMBALAR, ROLO DE 30 CM DE LARGURA x 7,5 METROS DE COMPRIMENTO.	Rolo	588	R\$ 3,29	R\$ 1.934,52
40	POTE DE VIDRO COM TAMPA METÁLICA 240ML SEXTAVADO  POTE DE VIDRO TRANSPARENTE SEXTAVADO, COM TAMPA METÁLICA DE 63MM, 240 ML, DIÂMETRO 7 CM, ALTURA 9,5 CM. CAIXA COM 24 UNIDADES.	CAIXA	2	R\$ 44,48	R\$ 88,96

41	<p>POTE DE VIDRO COM TAMPAS METÁLICAS 268ML</p> <p>POTE DE VIDRO TRANSPARENTE DE 268 ML COM TAMPAS METÁLICAS DE 63MM, DIÂMETRO DE 6,87 CM, ALTURA 10,05 CM. CAIXA COM 24 UNIDADES.</p>	CAIXA	2	R\$ 48,50	R\$ 97,00
42	<p>POTE DE VIDRO COM TAMPAS METÁLICAS 600ML</p> <p>POTE DE VIDRO 600ML CILINDRICO COM TAMPAS METÁLICAS 74MM. DIÂMETRO 8,65CM, ALTURA 13,55 CM. CAIXA COM 15 UNIDADES</p>	CAIXA	2	R\$ 32,13	R\$ 64,26
43	<p>POTE DE VIDRO COM TAMPAS METÁLICAS DE 40ML CILINDRICO</p> <p>POTE DE VIDRO 40ML CILÍNDRICO COM TAMPAS METÁLICAS</p>	UNIDADE	600	R\$ 1,63	R\$ 978,00
44	<p>POTE PLÁSTICO DESCARTÁVEL REDONDO COM TAMPAS COM CAPACIDADE DE 1000 ML</p> <p>POTE PLÁSTICO DESCARTÁVEL REDONDO COM TAMPAS, TRANSPARENTE, SEM ESTAMPAS OU RELEVO. CAPACIDADE DE 1000 ML. DIÂMETRO MÁXIMO DE 150MM. PACOTE COM 24 UNIDADES.</p>	PCT	52	R\$ 30,00	R\$ 1.560,00
45	<p>SACO DE JUTA PARA CAFÉ COM CAPACIDADE PARA 60 KG</p> <p>SACO DE JUTA PARA CAFÉ COM CAPACIDADE PARA 60 KG.</p>	UNIDADE	200	R\$ 15,11	R\$ 3.022,00
46	<p>SACO DE LIXO - AZUL - 60 LITROS</p> <p>- SACO DE LIXO; - PARA COLETA SELETIVA; - MATERIAL: POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE; - CAPACIDADE APROXIMADA: 60 LITROS; - COR: AZUL; - PACOTE COM 100 UNIDADES.</p>	CENTO	40	R\$ 24,99	R\$ 999,60

47	<p>SACO DE LIXO - CINZA - 20 LITROS</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- SACO DE LIXO;</li> <li>- PARA COLETA SELETIVA;</li> <li>- MATERIAL: POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE;</li> <li>- PARA LIXEIRAS DE POLIPROPILENO;</li> <li>- CAPACIDADE APROXIMADA: 20 LITROS;</li> <li>- COR: CINZA;</li> <li>- PACOTE COM 100 UNIDADES.</li> </ul>	CENTO	4	R\$ 14,84	R\$ 59,36
48	<p>SACO DE LIXO - CINZA - 60 LITROS</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- SACO DE LIXO;</li> <li>- PARA COLETA SELETIVA;</li> <li>- MATERIAL: POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE;</li> <li>- CAPACIDADE APROXIMADA: 60 LITROS;</li> <li>- COR: CINZA;</li> <li>- PACOTE COM 100 UNIDADES.</li> </ul>	CENTO	4	R\$ 24,99	R\$ 99,96
49	<p>SACO DE PAPEL PARA PIPOCA BRANCO Nº 3</p> <p>SACO DE PAPEL PARA PIPOCA BRANCO Nº 3. PACOTE COM 500 UNIDADES.</p>	PACOTE	40	R\$ 17,90	R\$ 716,00
50	<p>SACO DE RÁFIA COM CAPACIDADE DE 50 KG.</p> <p>Saco de rafia, virgem, com capacidade para 50 kg.</p>	UNIDADE	1000	R\$ 1,99	R\$ 1.990,00
51	<p>SACO DE RÁFIA COM CAPACIDADE DE 60 KG</p> <p>SACO DE RÁFIA, VIRGEM, COM CAPACIDADE PARA 60 KG.</p>	UNIDADE	1020	R\$ 1,99	R\$ 2.029,80

52	<p>SACOLA PERSONALIZADA INOVACAFÉ</p> <p>SACOLA DE PAPEL</p> <p>36,51 X 24 X 10CM</p> <p>PAPEL KRAFT 200GR</p> <p>SEM PLÁSTICO</p> <p>IMPRESSÃO 2 CORES (MARROM E VERDE)</p> <p>IMPRESSÃO INTERNA: SIM (APENAS ESCRITAS)</p> <p>ILHÓS MARROM</p> <p>ALÇA DE GORGURÃO VERDE</p>	UNIDADE	240	R\$ 2,77	R\$ 664,80
53	<p>SACO PARA DESCARTE DE MATERIAL BIOLÓGICO 20 LITROS - AUTOCLAVÁVEL</p> <p>PACOTE COM 100 UNIDADES</p> <p>SACO PARA DESCARTE DE MATERIAL BIOLÓGICO 20 LITROS - AUTOCLAVÁVEL</p> <p>PACOTE COM 100 UNIDADES</p>	CENTO	2	R\$ 21,95	R\$ 43,90
54	<p>SACO PARA LIXO 100 LITROS, 95 X 90 X 0,015</p> <p>SACO PARA LIXO 100 LITROS, 95 X 90 X 0,015, 140 MICRA / 0,014MM. POLIETILENO VIRGEM, COR LEITOSA OU AZUL. MARCA DE REFERÊNCIA: DESTRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS.</p>	MILHEIRO	30	R\$ 172,60	R\$ 5.178,00
55	<p>SACO PARA LIXO CAPACIDADE 20 LITROS</p> <p>Saco para lixo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Com fundo estrela mais resistente.</li> <li>• Capacidade: 20 litros.</li> <li>• Contém: 100 unidades.</li> <li>• Cor: preto.</li> </ul>	PACOTE	2	R\$ 14,84	R\$ 29,68

56	SACO PARA LIXO REFORÇADO 50 LITROS/10KG  Saco para lixo reforçado, preto, em material resistente, não reciclado, com capacidade para 50 litros/10kg. Medidas aproximadas: 63 X 80 cm. Pacote com 10 unidades	PACOTE	20	R\$ 6,78	R\$ 135,60
57	SACO PLÁSTICO  SACO PLÁSTICO, MATERIAL POLIETILENO, REICLÁVEL, MEDINDO NO MÍNIMO 6 X 25CM; ESPESSURA MÍNIMA DE 0,06. PACOTE COM 500 UNIDADES. APLICAÇÃO ALIMENTOS.	PACOTE	8	R\$ 52,00	R\$ 416,00
58	SACO PLÁSTICO, 17 X 35 X 0,05 (BD)  SACO PLÁSTICO "LISO TRANSPARENTE", CRISTALIZADO, MEDINDO: 17CM X 35CM X 0,05 (BAIXA DENSIDADE)	MILHEIRO	20	R\$ 60,00	R\$ 1.200,00
59	SACO PLÁSTICO 24CM X 35CM X 0,10 MICRAS  SACO PLÁSTICO VIRGEM POLETILENO TRANSPARENTE MEDIDAS: 24CM X 35CM X 0,10 MICRAS PACOTE COM 100 UNIDADES.	Cento	54	R\$ 19,99	R\$ 1.079,46
60	SACO PLÁSTICO, 27 X 44 X 0,05 (BD)  SACO PLÁSTICO "LISO TRANSPARENTE", CRISTALIZADO, MEDINDO: 27CM X 44CM X 0,05 (BAIXA DENSIDADE)	MILHEIRO	2	R\$ 109,99	R\$ 219,98
61	SACO PLÁSTICO, 30 X 40 X 0,05 (BD)  SACO PLÁSTICO "LISO TRANSPARENTE", CRISTALIZADO, MEDINDO: 30CM X 40CM X 0,05 (BAIXA DENSIDADE).	MILHEIRO	2	R\$ 109,99	R\$ 219,98
62	SACO PLÁSTICO 40 X 60 X 0.08 CM  SACO PLÁSTICO 40 X 60 X 0.08 CM PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	26	R\$ 41,00	R\$ 1.066,00



63	SACO PLASTICO C/ABA ADESIVADA TRANSPARENTE 100 UNIDADES  SACO PLASTICO C/ABA ADESIVADA TRANSPARENTE 22X30CM. PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	18	R\$ 19,00	R\$ 342,00
64	SACO PLÁSTICO PARA LIXO 60 LITROS  SACO PLÁSTICO PARA LIXO 60 LITROS, PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	50	R\$ 24,99	R\$ 1.249,50
65	SACO PLASTICO PARA LIXO AZUL - 100 LITROS  SACO PLASTICO PARA LIXO - Conforme normas da ABNT; - Polietileno de alta densidade; - Dimensões: 75cm X 90cm X 0,35; - Capacidade para 100 litros; - Cor azul.	Cento	2	R\$ 21,29	R\$ 42,58
66	SACO PLÁSTICO PARA MUDAS - 12X18CM  SACO PLÁSTICO NÃO RECICLADO, PARA PRODUÇÃO DE MUDAS, TAMANHO 12X 18CM* AS MEDIDAS PODEM SER APROXIMADAS (+/- 2,0 CM), OS SACOS PODEM SER SANFONADOS NAS LATERAIS OU NOS FUNDOS. OS SACOS DEVERÃO TER FUROS NOS FUNDOS E LATERAIS, NÃO SE ADMITINDO VARIAÇÕES NAS ALTURAS, DENTRO DE CADA LOTE SOLICITADO.	MILHEIRO	32	R\$ 61,50	R\$ 1.968,00
67	SACO PLÁSTICO PARA MUDAS - 17X9CM  SACO PLÁSTICO NÃO RECICLADO, PARA PRODUÇÃO DE MUDAS, TAMANHO 17 X 9* AS MEDIDAS PODEM SER APROXIMADAS (+/- 2,0 CM), OS SACOS PODEM SER SANFONADOS NAS LATERAIS OU NOS FUNDOS. OS SACOS DEVERÃO TER FUROS NOS FUNDOS E LATERAIS, NÃO SE ADMITINDO VARIAÇÕES NAS ALTURAS, DENTRO DE CADA LOTE SOLICITADO.	MILHEIRO	20	R\$ 61,50	R\$ 1.230,00

68	<p>SACO PLÁSTICO PARA MUDAS - 8X12CM</p> <p>SACO PLÁSTICO NÃO RECICLADO, PARA PRODUÇÃO DE MUDAS, TAMANHO 8 X 12CM* AS MEDIDAS PODEM SER APROXIMADAS ( +/- 2,0 CM), OS SACOS PODEM SER SANFONADOS NAS LATERAIS OU NOS FUNDOS. OS SACOS DEVERÃO TER FUIROS NOS FUNDOS E LATERAIS, NÃO SE ADMITINDO VARIAÇÕES NAS ALTURAS, DENTRO DE CADA LOTE SOLICITADO.</p>	MILHEIRO	20	R\$ 50,00	R\$ 1.000,00
69	<p>SACO PLÁSTICO PICOTADO</p> <p>SACO PLÁSTICO PICOTADO 25X35CM (PARA DOIS KILOS) ROLO COM APROXIMADAMENTE 205 UNIDADES. ALTA DENSIDADE ESPESSURA 0,03 MICRAS</p>	Rolo	20	R\$ 14,90	R\$ 298,00
70	<p>SACO PLÁSTICO TIPO ZIP LOCK 20X30 CM</p> <p>SACO PLÁSTICO TIPO ZIP LOCK 20X30 CM, PACOTE COM MIL UNIDADES</p>	MILHEIRO	2	R\$ 273,67	R\$ 547,34
71	<p>SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE 20,0 X 25,0 CM</p> <p>SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE 20,0 X 25,0 CM. EMBALAGEM COM 1KG.</p>	PACOTE	8	R\$ 21,70	R\$ 173,60
72	<p>SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE 75X100X0,05 CM</p> <p>SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE 75X100X0,05 CM</p>	KG	12	R\$ 27,50	R\$ 330,00
73	<p>SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE ATOXICO - 5KG</p> <p>saco plástico transparente atoxico com 5 kg</p>	CENTO	2	R\$ 29,74	R\$ 59,48

74	SACOS DE PAPEL KRAFT - CAPACIDADE 2KG SACOS DE PAPEL KRAFT - CAPACIDADE 2KG - pacote com 500 unidades	PACOTE	20	R\$ 33,35	R\$ 667,00
75	SACO TRANSPARENTE DD Saco transparente DD. Dimensões: 50 cm x 70 cm x 0,10 cm, 15 kg	PACOTE	58	R\$ 19,00	R\$ 1.102,00
76	VASILHAME PARA ÁGUA VASILHAME 20 LITROS PARA ÁGUA	UNIDADE	2	R\$ 15,25	R\$ 30,50
77	VASO EM POLIETILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, MODELO TRAPÉZIO. MEDIDAS 60 X 40 X 22, COM PRATO RECOLHEDOR DE ÁGUA VASO PARA PLANTAS EM POLIETILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, MODELO TRAPÉZIO. MEDIDAS 60 X 40 X 22, COM PRATO RECOLHEDOR DE ÁGUA. COR PRETO	UNIDADE	8	R\$ 144,99	R\$ 1.159,92
78	VASO EM POLIETILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, MODELO TRAPÉZIO. MEDIDAS 90 X 40 X 24, COM PRATO RECOLHEDOR DE ÁGUA. VASO PARA PLANTAS EM POLIETILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, MODELO TRAPÉZIO. MEDIDAS 90 X 40 X 24, COM PRATO RECOLHEDOR DE ÁGUA. COR PRETO	UNIDADE	12	R\$ 192,00	R\$ 2.304,00
79	VASO PLÁSTICO - 5L VASO CONSTITUÍDO DE PLÁSTICO RÍGIDO, UTILIZADO PARA PLANTAR. POSSUI CAPACIDADE DE 5 LITROS.	UNIDADE	60	R\$ 5,90	R\$ 354,00

80	<p>COPO DE PAPEL DESCARTAVEL PARA CAFÉ - 200 A 240ML - COR BRANCA</p> <p>COPO DE PAPEL DESCARTÁVEL PARA CAFÉ - CAPACIDADE ENTRE 200 E 240ML, COM MATERIAL E GRAMATURA APROPRIADOS PARA TRANSPORTE DE BEBIDAS QUENTES, SEM DECORAÇÃO E NA COR BRANCA. CAIXA COM 1.000 UNIDADES.</p>	CAIXA	4	R\$ 188,90	R\$ 755,60
81	<p>COPO DE PAPEL DESCARTAVEL PARA CAFÉ - 90 A 120ML - COR BRANCA</p> <p>COPO DE PAPEL DESCARTÁVEL PARA CAFÉ - CAPACIDADE ENTRE 90 E 120ML, COM MATERIAL E GRAMATURA APROPRIADOS PARA TRANSPORTE DE BEBIDAS QUENTES, SEM DECORAÇÃO E NA COR BRANCA. CAIXA COM 1.000 UNIDADES.</p>	CAIXA	4	R\$ 132,52	R\$ 530,08
82	<p>FERVEDOR DE ALUMÍNIO POLIDO CAPACIDADE 2 LITROS (LEITEIRA)</p> <p>CANECA ESMALTADA 2 LITROS CAPACIDADE DE 2 LITROS.</p> <p>DIMENSÕES: DIÂMETRO: 16 CM. ALTURA: 11 CM.</p>	UNIDADE	4	R\$ 52,00	R\$ 208,00
83	<p>FÓSFORO LONGO</p> <p>FÓSFORO - CAIXA COM 240 PALITOS LONGOS. Marca de referência: Fiat Lux ou SIMILAR.</p>	UNIDADE	72	R\$ 4,38	R\$ 315,36
84	<p>GUARDANAPO DE BALCÃO</p> <p>GUARDANAPO DE BALCÃO EM PAPEL TAMANHO 14 X 14 - PACOTE COM 2000 UNIDADES</p>	UNIDADE	40	R\$ 9,31	R\$ 372,40
85	<p>JARRA DE VIDRO 2 LITROS</p> <p>JARRA, MATERIAL VIDRO, CAPACIDADE 2L, MODELO GRADUADA, APLICAÇÃO ÁGUA/SUCO, COM ALÇA.</p>	UNIDADE	28	R\$ 16,00	R\$ 448,00

86	<p>JARRA DE VIDRO COM 6 COPOS PARA ÁGUA</p> <p>JARRA DE VIDRO COM 6 COPOS PARA ÁGUA Capacidade aprox.: - Jarra: 1 litro; - Copos: 230 ml.</p> <p>Peso aprox. do produto: - Copo: 800 gramas; - Jarra: 900 gramas.</p>	CONJUNTO	6	R\$ 75,76	R\$ 454,56
87	<p>PALITO DE PICOLE EM MADEIRA PCT C/ 100</p> <p>PALITO DE PICOLE EM MADEIRA PCT C/ 100. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PALITO: COMPRIMENTO: 11 CM; LARGURA: 0,8 CM; ESPESSURA: 0,2 CM</p>	PACOTE	14	R\$ 4,68	R\$ 65,52
88	<p>PÁ PARA CALDEIRÃO INDUSTRIAL</p> <p>PÁ PLANA DE MATERIAL EM POLIETILENO ATÓXICO E FORMATO ANATÔMICO, COM CABO DE AÇO INOX POLIDO, DE DIMENSÕES: 120X12X2,5 CM, NA COR BRANCA. UTILIZAÇÃO EM CALDEIRÃO OU PANELÃO INDUSTRIAL DE 300 LITROS.</p>	UNIDADE	4	R\$ 101,60	R\$ 406,40
89	<p>VELA DE FILTRO DE BARRO POR GRAVIDADE DE CARVÃO ATIVADO DUPLA AÇÃO</p> <p>VELA DE FILTRO DE BARRO POR GRAVIDADE DE CARVÃO ATIVADO DUPLA AÇÃO. PAREDE MICRO POROSA RETÉM PARTÍCULAS DE ATÉ 0,5 A 1 MICRON. CARVÃO ATIVADO QUE ELIMINA OS GOSTOS E ODORES INDESEJÁVEIS DA ÁGUA, INCLUSIVE O DE CLORO.</p> <p>DADOS TÉCNICOS: - ALTURA: 15 CM - DIÂMETRO: 5,5 CM - PESO LIQUIDO: 250 G</p> <p>- VIDA ÚTIL DA UNIDADE DE PURIFICAÇÃO: 700 LITROS OU 6 MESES A QUE OCORRER PRIMEIRO.</p> <p>-ACOMPANHA ANÉIS DE VEDAÇÃO E PORCA DE FIXAÇÃO</p>	UNIDADE	2	R\$ 13,57	R\$ 27,14

90	<p>VELA DE FILTRO REVESTIDA COM PRATA COLOIDAL E COM CARVÃO ATIVADO TRIPLA AÇÃO</p> <p>VELA DE FILTRO REVESTIDA COM PRATA COLOIDAL E COM CARVÃO ATIVADO TRIPLA AÇÃO PARA FILTROS DE BARRO POR GRAVIDADE. PAREDE MICRO POROSA RETÉM PARTÍCULAS DE ATÉ 0,5 A 1 MICRON, PRATA COLOIDAL QUE REVESTE A VELA PARA ELIMINAR BACTÉRIAS E MICRORGANISMOS. CARVÃO ATIVADO QUE ELIMINA OS GOSTOS E ODORES INDESEJÁVEIS DA ÁGUA, INCLUSIVE O DE CLORO.</p> <p>DADOS TÉCNICOS: - ALTURA: 15 CM - DIÂMETRO: 5,5 CM - PESO LIQUIDO: 250 G</p> <p>- VIDA ÚTIL DA UNIDADE DE PURIFICAÇÃO: 700 LITROS OU 6 MESES A QUE OCORRER PRIMEIRO.</p> <p>-ACOMPANHA ANÉIS DE VEDAÇÃO E PORCA DE FIXAÇÃO</p>	UNIDADE	2	R\$ 22,63	R\$ 45,26
91	<p>PRATO FUNDO - RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO</p> <p>Prato fundo de porcelana na cor branca, com friso, logomarca da UFLA e escrita: Restaurante Universitário, sendo a cor da logomarca UFLA verde e os demais detalhes na cor azul. Medidas aproximadas: comprimento - 21 a 23cm; altura: 3,4cm; diâmetro do "arco" fundo do prato: 16cm; espessura da borda: 0,6cm. A porcelana deverá ser resistente o suficiente para ser levada diariamente a máquina de lavar louças, a temperatura de 90°C. Os pratos deverão ser todos da mesma medida.</p>	UNIDADE	1008	R\$ 18,47	R\$ 18.617,76
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 137.809,64</b>

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_

PREGÃO Nº SRP 081/2016

PROCESSO Nº 23090.019560/2016-47

VALIDADE: 1 (um) ano

Aos ..... (.....) dia (s) do mês de ..... de ..... (.....) a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**, pessoa jurídica de público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, criada pela Lei nº 8.956, de 15 de dezembro de 1994, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.078.679/0001-74, com sede na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, *Campus* Universitário, Caixa Postal 3037, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, alterado pelo Decreto nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e pelo Decreto nº 3.784, de 6 de abril de 2001, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, da IN/MARE nº 8, de 4 de dezembro de 1998 e legislação correlata e da IN/SLTI/MP nº 2, de 11 de outubro de 2010, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº **SRP 081/2016**, cujo resultado foi homologado pelo Sr. João Chrysóstomo de Resende Junior e o extrato da respectiva ata publicado no *Diário Oficial da União* do dia \_\_\_\_\_, na seção \_\_\_\_\_, pág. \_\_\_\_\_, **RESOLVE** registrar os preços para aquisição dos itens conforme consta no Anexo II do Edital, que passa a fazer parte integrante desta, oferecidos pela empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame acima numerado, sob as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços com vistas ao fornecimento de materiais de acondicionamento e embalagens e materiais de copa e cozinha para atender às necessidades de diversas unidades administrativas da Universidade Federal de Lavras, durante o período de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 081/2016, com especificações, quantitativos estimados e preços máximos admitidos abaixo discriminados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	---------	--------	----------------	-------------

--	--	--	--	--	--

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS E VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada. A **UFLA** não será obrigada a adquirir o(s) objeto(s) referido(s) na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caibam recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras; ou cancelar esta Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à empresa signatária, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.2. Os preços ofertados pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços são os constantes na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico SRP nº **081/2016**.

2.3. Para cada objeto entregue decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº **081/2016**, que a precedeu e integra o presente Instrumento.

2.4. Para cada objeto, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico SRP nº **081/2016**, pela empresa signatária da presente Ata, a qual também a integra.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

3.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da UFLA.

3.2. Os órgãos e entidades que não participaram do procedimento licitatório, quando desejarem fazer uso desta Ata de Registro de Preços, deverão consultar à UFLA sobre a possibilidade de adesão.

3.3. Caberá à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta Ata, assumidas com a UFLA.

3.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem precedente não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens licitados e registrados nesta Ata de Registro de Preços para a UFLA.



3.5. O quantitativo decorrente das adesões à presente Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado nesta Ata para a UFLA, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.6. Após a autorização da UFLA, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado prazo de vigência desta Ata.

3.6.1. A UFLA poderá autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo de noventa dias de que trata o item anterior, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

3.7. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão à presente Ata de Registro de Preços..

3.8. A presente Ata de Registro de Preços será gerenciada pela Diretoria de Gestão de Materiais da UFLA.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE ENTREGA

4.1. Os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de 15(quinze) dias, contados da data de recebimento da Nota de Empenho, de acordo com as especificações constantes no Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 081/2016. A empresa signatária deverá entregar os objetos cotados, conforme as particularidades e demais condições estipuladas em sua proposta comercial.

4.2. Deverá a empresa signatária comunicar à UFLA, por intermédio da Diretoria de Materiais e Patrimônio, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder ao vencimento do prazo de entrega dos itens adjudicados, a impossibilidade do cumprimento do fornecimento, informando os motivos correlatos.

4.3. Os objetos licitados deverão ser entregues na Diretoria de Materiais e Patrimônio localizada no *Campus* Universitário, que poderá solicitar o encaminhamento dos mesmos para outros locais da Universidade, com todas as despesas pagas pela empresa signatária.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DOS OBJETOS LICITADOS

5.1. O recebimento dos objetos licitados será efetuado da seguinte forma:

5.1.1. **provisoriamente**, pela Diretoria de Materiais e Patrimônio para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes no Anexo II do Edital;

5.1.2. **definitivamente**, até 15 (quinze) dias úteis, após verificação de qualidade e quantidade dos objetos licitados e consequente aceitação pelo solicitante.

5.2. Conforme disposto no art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/93 "o recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato".

### CLAUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA DOS OBJETOS LICITADOS

6.1. A empresa signatária, beneficiária da presente Ata de Registro de Preços, é obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles esteja prevista para data posterior a seu vencimento.

6.2. O horário para recebimento dos objetos licitados pela Diretoria de Materiais e Patrimônio (colocar o nome do departamento, diretoria, pró-reitoria ou setor que irá receber os objetos) é de 7h às 10h30 e das 13h às 16h30, de segunda a sexta-feira.

6.3. Os objetos licitados deverão ser entregues conforme marca cotada pela empresa signatária da presente Ata. Não serão aceitos objetos fora da especificação. Se os objetos entregues não corresponderem às especificações exigidas no edital do pregão que precedeu a presente Ata, a atestação será recusada e será solicitada a sua substituição, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento à empresa signatária da presente Ata será efetuado em conformidade com as disposições nela contidas, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

7.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal ou da Fatura, devidamente atestada pelo solicitante, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

7.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá estar acompanhada da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, com resultado favorável, ou na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/93.

7.4. Na hipótese de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

7.5. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, esses serão restituídos à empresa signatária para as correções necessárias, não respondendo a **UFLA** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do respectivo pagamento.

7.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa signatária enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

### **CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, o licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores da UFLA, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e sanções previstas no Edital e nas demais cominações legais, nos seguintes casos:

- 8.1.1. cometer fraude fiscal;
- 8.1.2. apresentar documento falso;
- 8.1.3. fizer declaração falsa;
- 8.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 8.1.5. não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- 8.1.6. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- 8.1.7. não mantiver a proposta.

8.2. Para os fins do disposto no subitem 8.1.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

8.3. Além do previsto no subitem 8.1, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI, da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá aplicar à empresa signatária as seguintes penalidades, sem o prejuízo de outras:

8.3.1. advertência, que deverá ser feita por meio de ofício mediante contrarrecibo do representante legal da empresa signatária, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações descumpridas.;

8.3.2. multa de 0,03% (três centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor do contrato no descumprimento das obrigações assumidas até o 30º (trigésimo) dia;

8.3.3. multa de 0,5 % (cinco décimos por cento), por dia de atraso sobre o valor do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas, após o 30º (trigésimo) dia, limitado a 10% do valor total contratado ou da parcela inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades;

8.3.4. multa compensatória de 20%(vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas;

8.3.5. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a UFLA, durante o prazo da sanção aplicada;

8.3.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sendo a reabilitação concedida sempre que a empresa signatária ressarcir à UFLA pelos prejuízos resultantes.

8.4. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela UFLA ou cobradas diretamente da empresa signatária, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta Cláusula.

8.5. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.6. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à empresa signatária o direito ao contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA - DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo à UFLA promover as negociações perante os fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a UFLA convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

9.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

9.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

9.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a UFLA poderá:

9.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

9.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

9.5.2.1. Não havendo êxito nas negociações, a UFLA deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

9.6.1. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

9.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela UFLA, sem justificativa aceitável;

9.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

9.6.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

9.6.4.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 9.6.1, 9.6.2 e 9.6.4 será formalizado por despacho da autoridade competente da UFLA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.7. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

9.7.1. por razão de interesse público; ou

9.7.2. a pedido do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS**

1.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nesta Ata, serão decididos pela UFLA, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis à espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

11.1. O foro competente para dirimir quaisquer questões que decorrerem da utilização da presente Ata, será o da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Lavras, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Integram a presente Ata, o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº XXX/2016 e seus Anexos e a PROPOSTA da empresa signatária desta ata.

E, assim, por estarem justas e acordes, firmam o presente Instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das duas testemunhas abaixo nomeadas e subscritas.

Lavras, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**PATRICIA MARIA SILVA**

**Pró-Reitora de Planejamento e Gestão**



---

(Cargo ou Função)

**TESTEMUNHAS:**

1) \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2) \_\_\_\_\_

Nome:

CPF: